

Arrocho salarial não cria emprego

IGNACIO M. RANGEL

Especial para "Folha"

O governo, por iniciativa própria, ou do FMI — ou de quem puxa os cordões deste boneco de engonço — está em campo para "combater o desemprego" via arrocho salarial. Do mesmo modo como pretende acabar com a inflação via recessão, fingindo ignorar que as duas se têm comportado, indefectivelmente, como companheiros inseparáveis.

Essa história de combater o desemprego pelo arrocho salarial é uma aplicação espúria da notória "lei da oferta e da procura". Espúria, porque não considera as condições concretas em que empresário capitalista deve fazer suas opções, nem as consequências práticas dessas opções.

Com efeito, pondo de lado o chamado "fator terra", isto é, o uso dos recursos naturais no processo produtivo, o que importa em admitir, um pouco arbitrariamente, que ele será o mesmo, qualquer que seja a opção — vale dizer, qualquer que seja a função de produção escolhida — o empresário, dada a produção desejada, pode, em princípio, usar mais o "fator capital" ou mais o "fator trabalho". A primeira vista, portanto, quanto mais baixos sejam os salários (preço do "fator trabalho") relativamente à taxa de juros (preço do "fator capital"), maior será o emprego de mão-de-obra.

Na prática, as coisas se passam diferentemente. No "curto prazo", a latitude de escolha do empresário é virtualmente nula, porque a função de produção resulta de decisões tomadas em passado mais ou menos distante e, para todos os efeitos, irreversíveis. Quanto ao "longo prazo", pelo menos na medida em que essas decisões independem das funções de produção estabelecidas, fica em aberto o problema da nova função de produção, isto é, o emprego relativo dos dois "fatores". No caso da preferência pelo "fator trabalho", teremos o efeito macro-econômico de mais consumo (salário) e menos investimento (capital), ou assim pode parecer, ao primeiro exame. Na realidade, a decisão de investir menos resulta em menor demanda de mão-de-obra, no processo de criar-se o novo capital. Noutros termos, o arrocho salarial não promete criar emprego, nem no curto, nem no longo prazos.

Nossa industrialização — como toda industrialização resultante da opção pelo emprego intensivo de capital, no que pese a certas ilusões em torno da industrialização pelo emprego intensivo de mão-de-obra — vem-se fazendo nas condições de uma crise agrária endêmica, resultante da progressiva e já agora galopante penetração do capitalismo (métodos industriais) no campo, com o efeito final de libertar (expulsar) massas de mão-de-obra, para uso eventual das atividades não agrícolas. Nessas condições, o poder de barganha dos assalariados, esmagado pela competição dos trabalhadores recém-chegados, aos milhões, sempre foi estruturalmente muito baixo, uma de cujas consequências seriam salários cada vez mais baixos. Noutros termos, a industrialização, ou nem teria começado, ou teria tido vida curta, porque o empresário teria optado, sistematicamente, por funções poupadoras de capital, isto é, por soluções artesanais, pré-industriais.

Para nossa felicidade, as coisas passaram-se diferentemente, e o Brasil, neste meio século, vem sendo talvez a economia mais dinâmica de todo o mundo capitalista. Por um lado, a disputa salarial foi transferida do campo meramente econômico para o político, elevando-se o poder de barganha dos trabalhadores (PTB, populismo, getulismo). Por outro, o Estado gravou, de diversas formas, o preço do "fator trabalho", para o empresário, o qual era compensado pelos subsídios (câmbio, taxa de juros), concedidos ao "fator capital". Em definitivo, portanto, o empresário era objetivamente chamado a fazer suas opções, a partir de um "fator trabalho" caro e de um "fator capital" barato.

Parece que é essa máquina prodigiosa que se quer quebrar agora. Por um lado, num acesso de falso liberalismo, o salário é lançado às feras da livre negociação, num momento em que a pressão do "exército industrial de reserva", com a chegada de novas levas de ex-camponeses, chega ao delírio, e, por outro, cancelam-se os subsídios ao capital, cujo preço (taxa de juros) torna-se também delirante.

IGNACIO M. RANGEL é economista e formado em Direito, presidente do Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro e autor de vários livros, entre eles, "A Inflação Brasileira" e "Tecnologia — ciclo e crescimento".

termos